



SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

CAPA DO PROCESSO

Nº 16/2023-REL.TEC-SETC

ASSUNTO DO PROCESSO: RCI 4º TRIMESTRE 2022

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC

Aracaju, 27 de janeiro de 2023

Rafael Santos Pereira
Diretor(a)



SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Página: 1 de 1

Ofício n° 23/2023-SETC

Aracaju, 30 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – **TCE/SE**
Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho
Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

Assunto: Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022/SETC.

Senhor Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos das disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do Relatório Original de Controle Interno 4º Trimestre de 2022 desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – **SETC**.

2. Por fim, m caso de dúvidas, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

LUCIVANDA NUNES RODRIGUES
Secretário(a) de Estado Interino

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: VFJQ-PIY6-WSBM-8SKI



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/01/2023 é(são) :

- LUCIVANDA NUNES RODRIGUES - 30/01/2023 13:40:40



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022



GOVERNO DE SERGIPE

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - SETC**

Relatório de Atividades do Controle Internacional Estadual

4º Trimestre 2022

Aracaju/SE

Janeiro/2023



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

EXPEDIENTE

Belivaldo Chagas Silva

Governador do Estado de Sergipe

Benedito de Figueiredo

Secretário de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo

Superintendente Executiva

Elder Sandes Vieira

Ouvidoria-Geral

Liliane Elaine Ramos Souza

Assessoria Técnica e Jurídica

José Ney Marinho

Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

Rafael Santos Pereira

Núcleo de Fiscalização e Auditoria

Ageu Joventino Gois Nascimento

Núcleo de Planejamento e Controle

Fernando Gomes de Miranda

Núcleo de Transparência e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves

Diretoria Administrativa e Financeira



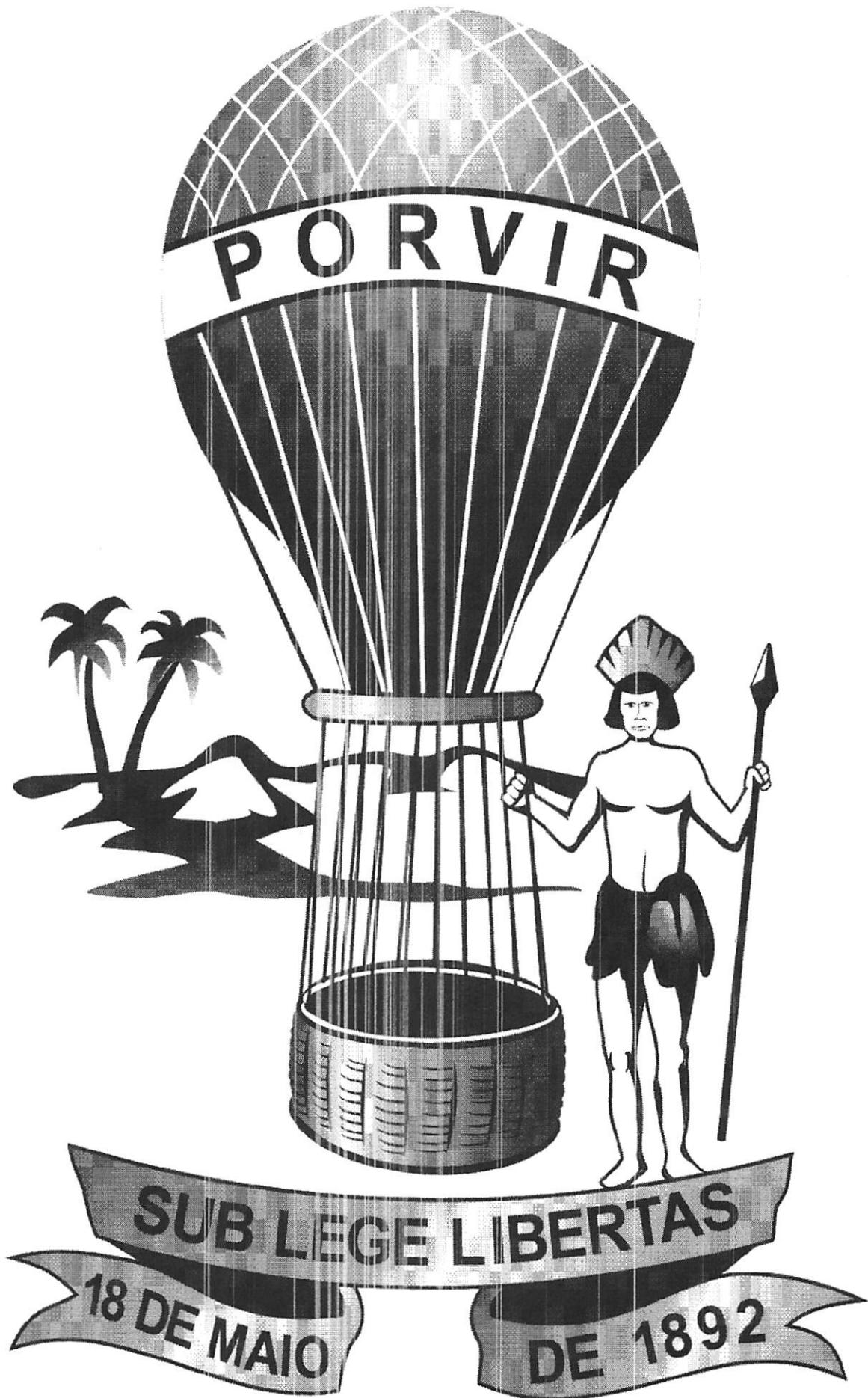
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

SUMÁRIO

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
 - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
 - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
 - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
 - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
 - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.1.1 Orientações Técnicas
 - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
 - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
 - 2.2.1.1 Do Orçamento
 - 2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
 - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
 - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
 - 2.3.1 Fiscalização das Conciliações Bancárias das UGs
 - 2.3.2 Tomada de Contas Especial
 - 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**
 - 2.4.1 Transparência Ativa
 - 2.4.2 Transparência Passiva
 - 2.4.3 Monitoramento dos Portais da Transparência Estaduais
 - 2.5 OVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
 - 2.5.1 Apresentação
 - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
 - 2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**
 - 2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
 - 2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
 - 3. GESTÃO DA SETC**
 - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
 - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
 - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
 - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
 - 3.5 OVIDORIA SETORIAL**



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e 7.950/2014, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez trouou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;

- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
- ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
- ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
- ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
- ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
- ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
- ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
- ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
- ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

"I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

"II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

"III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

"IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional."

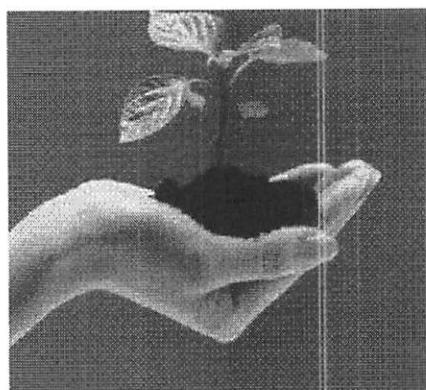
Marcos
6



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

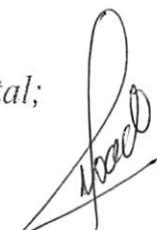
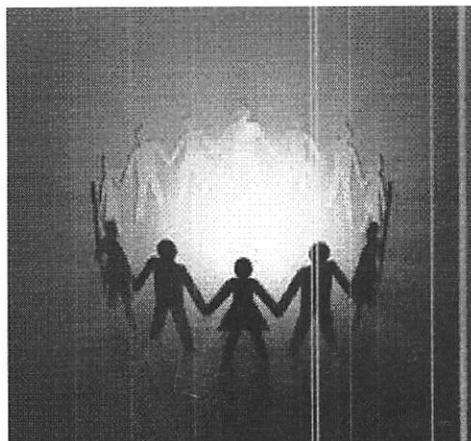
Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.



Valores

Ética e Transparéncia na Administração Pública; Participação Popular e Controle Social da Gestão; Prevalência do Interesse Público; Responsabilidade Fiscal e Socioambiental; Transversalidade da Gestão.

A handwritten signature in cursive script, likely belonging to Marcelo, which is the name of the Governor of São Paulo at the time of the report.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientação, acompanhamento e proteção da gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 4º trimestre de 2022, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no exercício de suas atribuições, utilizando o controle interno como principal ferramenta para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, através da sua Assessoria Técnica e Jurídica, examinou demandas internas e externas, e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o quarto trimestre de 2022, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-
gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução

8



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício de 2022 foi aprovado pela Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 28.831, de 17 de janeiro de 2022, alocando recursos da ordem de **R\$ 12.173.837.958,00** (doze bilhões, cento e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e sete mil e novecentos e cinquenta e oito reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2021		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA	DESPESA		
RECEITAS CORRENTES	12.282.576.035	DESPESAS CORRENTES	10.737.998.486
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.267.012.176	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	567.151.620	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810
RECEITA PATRIMONIAL	69.081.732	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	208.031.140		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.052.422.083		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.252.151.245		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.711.192.098		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	10.823.535.182		
RECEITAS DE CAPITAL	1.350.302.776	DESPESAS DE CAPITAL	1.417.977.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	569.825.700	INVESTIMENTOS	1.113.300.490
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041	INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.350.302.776		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.861.792
TOTAL	12.173.837.958	TOTAL	12.173.837.958

Fonte: Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 4º trimestre de 2022, foram abertos créditos suplementares no montante de **R\$ 1.934.768.134,70** (um bilhão, novecentos e trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e quatro reais e setenta centavos) e anulados o montante de **R\$ 1.934.768.134,70**



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

1.023.505.372,53 (um bilhão, vinte e três milhões, quinhentos e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

Até 31/12/2022, os créditos suplementares perfazem o montante de **R\$ 3.687.734.661,08** (três bilhões, seiscentos e oitenta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e oito centavos), os créditos especiais o montante de **R\$ 463.372.047,18** (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos) e anulados o montante de **R\$ 2.658.233.187,71** (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e um centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de **R\$ 13.666.711.478,55** (treze bilhões, seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e onze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	12.173.837.958,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	3.687.734.661,08
C	CRÉDITO ESPECIAL	463.372.047,18
D	DOTAÇÃO ANULADA	2.658.233.187,71
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	13.666.711.478,55

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais, detalhadas no quadro a seguir, foram anulações de dotações, totalizando **R\$ 2.658.233.187,71** (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e três mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e um centavos); superavit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, totalizando **R\$ 342.744.853,25** (trezentos e quarenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos); excesso de arrecadação, totalizando **R\$ 970.128.667,30** (novecentos e setenta milhões, cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta centavos); e operação de crédito, totalizando **R\$ 180.000.000,00** (cento e oitenta milhões de reais).



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

PORTARIA	DATA	VALOR	FONTE DE RECURSOS
-	-	R\$ 2.658.233.187,71	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
29	07/02/2022	R\$ 246.758.102,78	SUPERAVIT FINANCEIRO
35	08/02/2022	R\$ 1.020.919,22	SUPERAVIT FINANCEIRO
39	10/02/2022	R\$ 197.506,79	SUPERAVIT FINANCEIRO
117	07/04/2022	R\$ 5.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
166	06/05/2022	R\$ 2.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
191	03/06/2022	R\$ 200.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
207	21/06/2022	R\$ 100.000.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
215	28/06/2022	R\$ 3.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
267	04/08/2022	R\$ 22.200.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
282	17/08/2022	R\$ 3.385.262,59	SUPERAVIT FINANCEIRO
290	24/08/2022	R\$ 1.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
303	06/09/2022	R\$ 114.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
304	06/09/2022	R\$ 7.234.967,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
325	27/09/2022	R\$ 9.500.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
-	-	R\$ 180.000.000,00	OPERAÇÃO DE CRÉDITO
331	03/10/2022	R\$ 70.000.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
345	13/10/2022	R\$ 635.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
380	01/11/2022	R\$ 663.000.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
393	23/11/2022	R\$ 1.000.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
397	24/11/2022	R\$ 8.460.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
403	29/11/2022	R\$ 14.197.428,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
405	29/11/2022	R\$ 36.500.000,00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
409	30/11/2022	R\$ 284.094,87	SUPERAVIT FINANCEIRO
411	01/12/2022	R\$ 48.778.169,52	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
432	15/12/2022	R\$ 18.058.069,78	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
433	16/12/2022	R\$ 50.000.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
443	20/12/2022	R\$ 350.000,00	SUPERAVIT FINANCEIRO
TOTAL R\$ 4.151.106.708,26			

Quanto aos **créditos especiais**, estes foram abertos por meio do Decreto N° 7, de 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 1.521.042,00 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil e quarenta e dois reais), em favor da Unidade Gestora 22201 – Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe; do Decreto N° 30, de 16 de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 458.051.005,18 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cinquenta e um mil, cinco reais e dezoito centavos), em favor da Unidade Gestora 37202 – Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe; e do Decreto N° 118, de 27 de julho de 2022, no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), em favor da Unidade Gestora 18101 – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura; totalizando **R\$ 463.372.047,18** (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos).



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES		10.737.998.486,00	1.435.354.911,35	12.173.353.397,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290,00	262.372.014,09	7.617.283.304,09	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810,00	17.512.151,88	185.103.961,88	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386,00	1.155.470.745,38	4.370.966.131,38	
DESPESAS DE CAPITAL		1.417.977.680,00	75.282.125,20	1.493.259.805,20
INVESTIMENTOS	1.113.300.490,00	91.413.584,32	1.204.714.074,32	
INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000,00	-5.048.022,42	74.951.977,58	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190,00	-11.083.436,70	213.593.753,30	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		17.861.792,00	-17.763.516,00	98.276,00
TOTAL	12.173.837.958,00	1.492.873.520,55	13.666.711.478,55	

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 4º. Trimestre de 2022 foi no valor de R\$ 3.524.699.851,93 (três bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de R\$ 13.203.978.885,62 (treze bilhões, duzentos e três milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



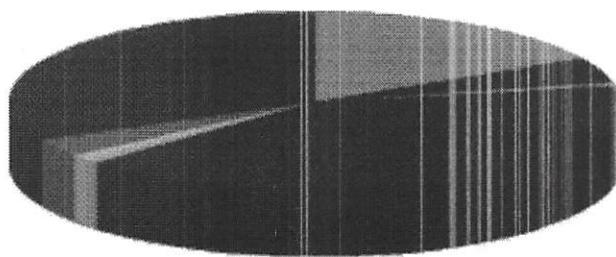
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS					
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO	
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE		
RECEITAS CORRENTES	13.252.704.702,30	3.905.356.654,00	15.219.856.884,22	1.967.152.181,92	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.331.607.176,00	1.606.353.845,46	6.139.603.777,18	807.996.601,18	
CONTRIBUIÇÕES	567.151.620,00	161.310.760,01	502.576.862,34	-64.574.757,66	
RECEITA PATRIMONIAL	83.279.160,00	49.889.946,24	224.849.262,91	141.570.102,91	
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	,00	,00	
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	244.531.140,00	38.720.551,84	289.713.341,65	45.182.201,65	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.907.258.322,30	2.008.283.522,79	7.872.965.849,22	965.707.526,92	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284,00	40.798.027,66	190.147.790,92	71.270.506,92	
RECEITAS DE CAPITAL	1.530.302.776,00	234.916.874,93	409.342.485,38	-1.120.960.290,62	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	749.825.700,00	202.808.864,39	309.751.682,35	-440.074.017,65	
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041,00	1.365.076,18	8.106.894,40	-393.390.146,60	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515,00	,00	,00	-18.515,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520,00	30.732.160,79	91.456.722,74	-287.354.797,26	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	10.773,62	27.185,89	-122.814,11	
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.252.151.245,00	222.304.649,49	889.082.866,85	-363.068.378,15	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.711.192.098,00	-837.878.326,54	-3.314.303.350,83	-603.111.252,83	
TOTAL	13.323.966.625,30	3.524.699.851,93	13.203.978.885,62	-119.987.739,68	

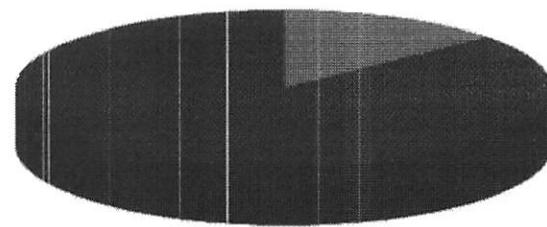
Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Receitas Arrecadadas no 4º Trimestre

Receitas Correntes



Receitas de Capital



- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
- CONTRIBUIÇÕES
- RECEITA PÁTRIMONIAL
- RECEITA AGROPECUÁRIA
- RECEITA INDUSTRIAL
- RECEITA DE SERVIÇOS
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES
- RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
- DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE

- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ALIENAÇÃO DE BENS
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

A Despesa Empenhada no 4º trimestre de 2022 foi no valor de **R\$ 2.926.018.050,26** (dois bilhões, novecentos e vinte e seis milhões, dezento mil, cinquenta reais e vinte e seis centavos), perfazendo até o trimestre o montante de **R\$ 13.167.550.398,38** (treze bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

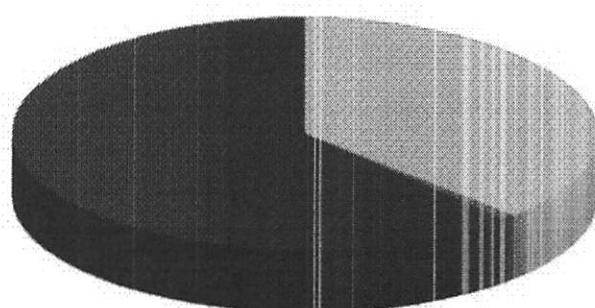
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS					
	EMPRENHAZO		UQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	2.637.312.517,56	11.798.215.885,94	3.494.804.130,87	11.706.401.589,49	3.683.680.949,56	11.667.945.738,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.666.292.072,01	7.468.786.106,24	2.184.918.829,37	7.449.265.864,17	2.270.866.559,20	7.428.966.647,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.047.658,87	183.753.714,03	44.495.739,22	183.753.714,03	44.495.739,23	183.753.714,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	999.972.786,68	4.145.676.065,67	1.265.389.562,28	4.073.382.011,29	1.368.318.651,13	4.055.225.377,43
DESPESAS DE CAPITAL	238.705.532,70	1.369.334.512,44	498.267.526,52	1.264.936.974,18	495.442.016,38	1.223.438.196,17
INVESTIMENTOS	216.244.818,67	1.092.745.251,99	438.297.752,96	988.347.713,73	435.472.242,82	946.848.935,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	12.896.065,32	67.681.868,56	12.896.097,62	67.681.868,56	12.896.097,62	67.681.868,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.564.648,71	208.907.391,89	47.073.675,94	208.907.391,89	47.073.675,94	208.907.391,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	2.926.018.050,26	13.167.550.398,38	3.993.071.657,39	12.971.338.563,67	4.179.122.965,94	12.891.383.935,09

Fonte: iGesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

iGesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

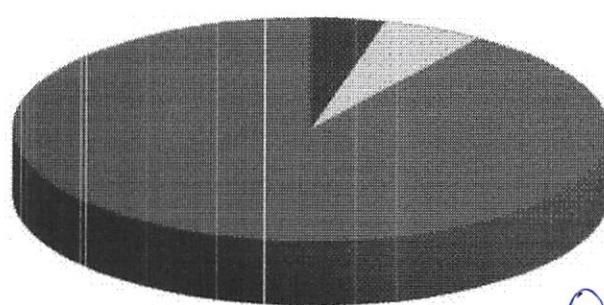
Despesas Empenhadas no 4º Trimestre

Despesas Correntes



- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas de Capital



- INVESTIMENTOS
- INVERSÕES FINANCEIRAS
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA


14



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

• Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

UNIDADE GESTORA	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE								
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	12.144.929,97	245.018.090,52	65.983.363,98	243.112.419,15	65.947.230,14	243.018.027,06			
TCE	7.745.607,59	149.910.272,26	45.137.011,38	147.133.746,28	45.235.314,60	147.124.034,33			
FMTC/SE	31.073,87	525.291,37	29.142,58	510.141,91	29.142,58	508.724,23			
TJ	134.031.476,85	609.527.490,87	171.209.979,92	604.719.035,36	171.347.290,95	604.273.427,77			
FERD	20.482.046,55	107.839.012,29	31.997.403,34	98.540.469,57	32.377.540,80	98.244.964,91			
PGE	12.055.646,82	119.029.394,13	69.663.091,53	118.952.914,71	79.268.721,78	118.915.787,35			
MPE	14.955.353,07	229.443.693,37	74.360.693,12	228.087.547,99	71.321.191,10	224.869.574,11			
FEMP	963.359,90	1.333.664,78	491.767,65	688.072,53	44.000,00	196.304,88			
VGE	13.224,70	893.898,35	278.305,01	893.866,64	239.337,77	844.110,33			
SEGG	16.906.194,52	63.047.540,01	22.237.211,35	62.888.385,30	22.684.287,54	62.668.527,53			
AGRESE	212.758,17	3.857.075,71	948.278,47	3.057.991,38	946.646,47	3.055.879,88			
EMGETIS	2.730.333,70	10.184.768,66	3.549.760,12	10.184.625,94	3.350.421,13	9.826.327,45			
PRONESE	2.013.255,29	8.784.575,18	2.555.768,64	8.652.430,17	2.549.109,81	8.636.915,26			
FEHIS	1.263.850,50	1.981.617,27	1.366.421,87	1.981.617,27	1.366.421,87	1.981.617,27			
SEAD	-7.639.771,67	367.055.684,29	69.506.527,94	366.746.504,11	69.769.972,21	365.759.101,76			
IPESAUDE	117.508.363,56	400.990.942,11	120.821.240,46	398.679.110,79	129.531.611,12	398.636.338,94			
FDRH	1.895.476,46	2.639.181,16	603.791,31	1.003.449,46	563.474,69	954.526,96			
SEFAZ	87.113.579,51	778.944.626,58	223.222.253,90	778.680.146,61	222.687.055,64	776.667.468,00			
FINATE	50.600,43	44.134.226,41	12.787.539,21	41.928.021,14	12.856.708,85	38.712.591,95			
FUNDO DE AVAL	-30.204,00	.00	.00	.00	.00	.00			
SEAGRI	5.865.879,58	19.712.124,23	5.472.269,31	16.742.331,28	7.626.084,55	16.408.994,30			
EMDAGRO	17.842.662,97	63.050.540,83	20.385.935,77	63.050.540,83	21.502.160,36	62.408.185,05			
COHIDRO	21.719.237,67	72.277.195,51	20.286.373,41	69.313.672,20	20.913.502,02	68.485.321,24			
SEDUC	383.144.600,69	2.091.114.529,64	628.900.084,41	2.090.951.253,84	663.939.811,26	2.083.946.739,99			
FUNCAP	8.831.738,11	28.585.723,85	7.962.932,60	26.968.063,51	8.719.892,95	26.617.037,80			
SEDETEC	434.254,36	5.683.113,77	1.638.373,45	5.465.668,04	1.720.325,19	5.456.131,38			
JUCESE	1.288.758,29	5.188.709,80	1.606.128,45	5.142.309,61	1.654.105,13	5.117.678,91			
ITPS	4.427.014,51	14.002.674,98	4.164.599,18	13.307.958,23	4.054.964,90	13.034.309,46			
FAPITEC	2.081.189,25	6.377.539,38	2.032.164,48	6.304.511,07	2.029.029,93	6.208.629,56			
CODISE	17.490.601,99	60.717.571,48	19.896.452,47	60.716.771,48	20.091.483,98	60.459.627,29			
EMSETUR	1.011.780,51	4.661.596,61	991.428,17	4.586.697,61	1.040.120,40	4.586.697,61			
FUNTEC	2.387.646,55	3.004.902,55	598.306,22	1.212.562,22	.00	614.256,00			
FES	549.757.950,96	2.253.548.769,02	626.147.013,58	2.252.133.769,02	700.346.268,55	2.246.477.193,27			
SEJUC	84.208.122,58	237.992.822,84	76.402.784,82	222.672.657,24	90.339.971,10	221.907.625,17			
FUNPEN	5.892.224,03	11.689.703,71	6.013.074,08	10.427.267,70	6.111.498,08	10.417.277,70			
FUNDECON	11.204,49	184.859,13	37.098,61	71.408,54	37.511,25	71.408,54			
SSP	63.060.113,55	437.508.105,00	134.996.135,33	414.813.981,53	132.387.026,76	411.991.845,16			
HPM	251.107,73	980.931,19	294.527,92	980.931,19	360.885,27	980.931,19			
DETRAN	28.860.050,79	107.500.291,76	34.989.241,70	107.089.412,46	34.831.565,52	106.664.584,25			
FUNESP	13.048.909,80	61.138.709,46	19.909.883,70	54.763.907,39	18.231.969,62	53.080.828,33			
CBM	29.096.187,20	110.503.473,04	30.110.371,66	108.519.722,21	29.982.002,89	108.234.602,10			
DEPEC	.00	16.180,87	5.600,00	16.180,87	5.600,00	16.180,87			
SEIAS	7.046.553,02	19.267.493,97	6.499.206,17	17.250.211,54	7.389.907,07	16.746.926,95			
RENASCER	12.632.637,35	37.180.583,80	13.194.166,64	37.166.959,32	11.747.640,12	34.511.064,36			
FUNDECRIA	13.537,19	31.537,19	9.238,14	26.771,33	9.142,55	24.393,23			
FUNDEPROI	34.434,69	150.033,69	103.735,14	121.368,32	103.739,55	118.990,22			
FEAS	1.494.384,32	19.592.188,13	5.359.420,16	17.638.179,49	5.369.492,50	17.458.775,54			
FUNCEP	11.227.003,65	60.039.625,94	15.883.789,05	51.948.393,78	17.004.436,35	51.588.525,07			
PMSE	187.935.207,60	649.192.177,37	187.369.899,73	647.604.321,22	188.313.782,67	647.599.615,99			
SEDURBS	84.693.467,92	396.749.906,76	126.726.254,28	344.234.320,97	125.061.114,22	339.850.774,29			
DER	190.389.710,03	457.315.857,43	252.302.987,02	424.387.949,95	248.290.013,92	388.982.094,55			
CEHOP	8.225.864,44	34.916.107,39	8.433.779,64	34.916.106,39	8.849.948,51	34.517.955,58			
FUNCART	1.428.090,40	2.102.530,98	1.352.438,04	1.896.830,88	1.331.351,94	1.875.744,78			
DPE	11.530.998,72	70.771.180,97	22.135.025,34	70.743.423,17	22.152.177,42	70.743.423,17			
FUNDEPES	433.396,37	751.960,11	542.122,76	717.421,49	542.122,76	717.421,49			
ADEMA	2.608.912,34	9.685.497,17	3.212.334,31	9.685.387,14	3.465.175,46	9.640.948,64			
FERH	1.644.859,99	5.519.974,76	1.440.494,28	4.650.729,36	1.576.349,57	4.241.967,68			
SETUR	1.942.980,19	5.430.299,86	1.784.490,11	4.814.803,39	1.985.459,04	4.796.764,56			
SETC	969.983,33	3.435.703,49	954.698,82	3.346.684,85	995.703,74	3.346.222,67			
SERGIPEPREVIDÊNCIA	145.304.917,27	498.193.999,29	166.311.403,27	498.193.999,29	190.802.248,07	498.007.417,09			
FINANPREV	591.302.720,04	2.150.302.626,11	619.865.843,39	2.150.302.626,11	646.091.901,72	2.148.534.574,09			
TOTAL	2.926.018.050,26	13.167.550.398,38	3.993.071.657,39	12.971.338.563,67	4.179.122.965,94	12.891.383.935,09			

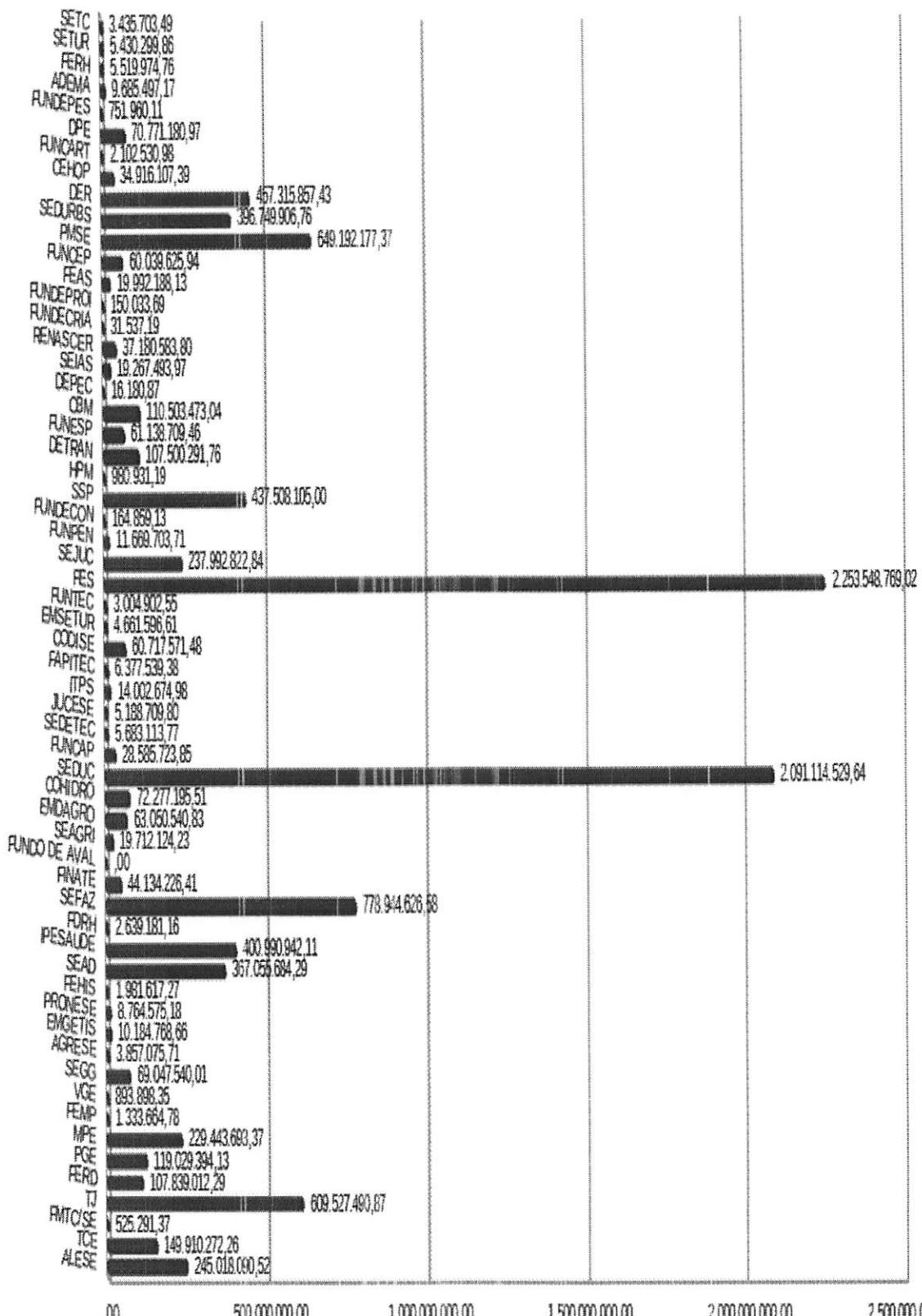
Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

15



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Despesa Empenhada Janeiro a Dezembro



,00 500.000.000,00 1.000.000.000,00 1.500.000.000,00 2.000.000.000,00 2.500.000.000,00



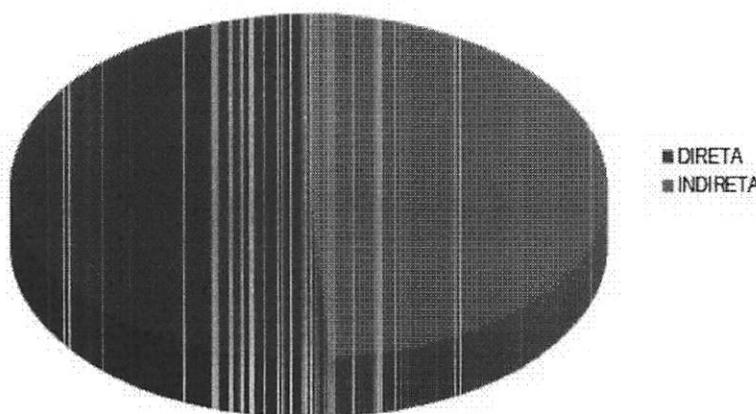
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

• Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

TIPO ADMINISTRAÇÃO	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO					
	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.159.133.392,92	6.726.172.439,37	1.997.624.925,31	6.598.336.090,19	2.053.363.031,20	6.574.344.596,12
INDIRETA	1.766.884.657,34	6.441.377.959,01	1.995.446.732,08	6.373.002.473,48	2.125.759.934,74	6.317.039.338,97
TOTAL	2.926.018.050,26	13.167.550.398,38	3.993.071.657,39	12.971.338.563,67	4.179.122.965,94	12.891.383.935,09

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Empenhada por tipo de Administração
Até o Trimestre*



• Despesa Orçamentária por Função

FUNÇÃO	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO					
	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	19.921.611,43	395.453.654,15	111.149.517,94	390.756.307,34	111.211.687,32	390.650.785,62
02 – JUDICIÁRIA	154.537.511,23	717.686.271,88	203.247.971,09	703.579.274,15	203.768.216,08	702.838.161,40
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	37.910.651,44	350.677.244,10	112.077.408,97	348.536.730,63	108.757.530,04	344.789.861,74
04 – ADMINISTRAÇÃO	188.070.607,74	1.294.128.943,99	362.933.288,40	1.280.354.237,89	371.698.405,50	1.273.393.443,99
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	322.909.839,11	1.367.691.950,26	408.127.983,49	1.334.307.700,66	404.642.657,39	1.329.087.831,68
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.957.756,93	142.658.737,35	42.153.510,85	127.738.294,07	42.756.732,89	124.035.085,16
09 – PREVIDÊNCIA	734.352.116,56	2.632.477.436,02	782.575.006,18	2.632.477.436,02	833.279.906,60	2.630.530.794,46
10 – SAÚDE	549.757.950,96	2.253.548.769,02	626.147.013,58	2.252.133.769,02	700.346.268,55	2.246.477.193,27
12 – EDUCAÇÃO	379.892.688,05	2.065.009.050,74	619.694.158,40	2.065.009.050,74	654.234.090,94	2.058.433.203,81
13 – CULTURA	11.202.815,96	35.714.533,39	10.566.251,31	33.891.172,95	11.417.399,01	33.501.883,71
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	90.111.551,10	249.827.385,68	82.452.957,51	233.171.333,48	96.488.980,43	232.396.311,41
15 – URBANISMO	42.747.939,68	112.866.256,70	47.022.696,74	108.022.623,85	46.278.304,14	106.442.911,56
16 – HABITAÇÃO	9.243.732,60	36.224.190,77	9.748.296,04	36.177.635,43	10.164.464,91	35.779.484,62
17 – SANEAMENTO	12.896.065,32	67.358.612,81	12.896.097,62	67.358.612,81	12.896.097,62	67.358.612,81
18 – GESTÃO AMBIENTAL	4.140.798,72	16.816.966,21	5.538.435,49	15.832.608,05	5.857.950,04	15.306.312,14
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.216.387,63	26.887.246,29	7.297.882,87	24.201.500,28	6.684.666,79	23.279.648,19
20 – AGRICULTURA	45.217.558,39	158.636.944,03	48.875.452,23	155.002.347,60	52.737.230,76	153.182.788,97
22 – INDÚSTRIA	17.307.564,25	60.293.097,48	19.713.408,73	60.292.297,48	19.908.440,24	60.035.153,29
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.482.260,44	24.786.896,21	8.462.132,48	24.096.500,74	8.711.793,64	24.078.461,91
26 – TRANSPORTE	209.589.737,79	647.795.931,94	310.364.228,49	570.409.798,33	304.868.478,00	532.221.839,89
27 – DESPORTO E LAZER	7.144.432,12	30.183.881,99	10.752.223,00	27.162.934,78	11.588.287,17	26.747.288,60
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	36.406.472,81	480.826.397,37	151.275.735,98	480.826.397,37	160.825.377,88	480.816.876,86
TOTAL	2.926.018.050,26	13.167.550.398,38	3.993.071.657,39	12.971.338.563,67	4.179.122.965,94	12.891.383.935,09

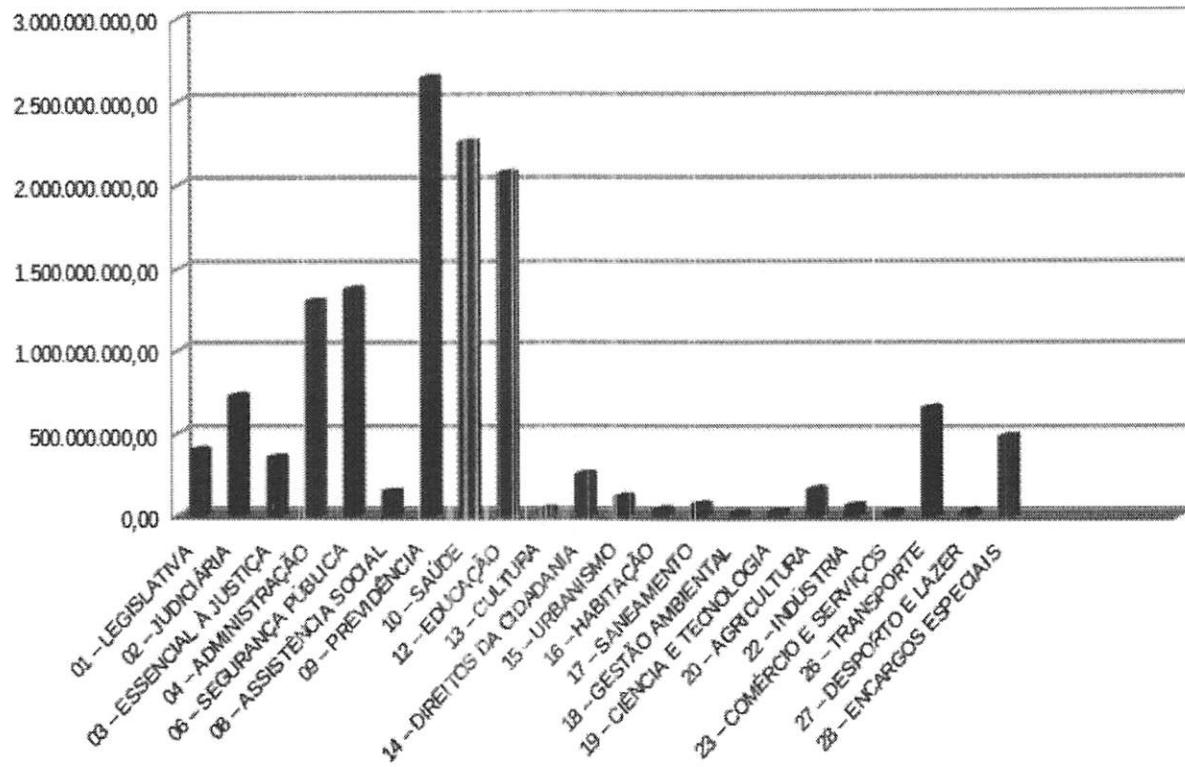
Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

17



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

*Despesa Orçamentária por Função
Até o Trimestre*

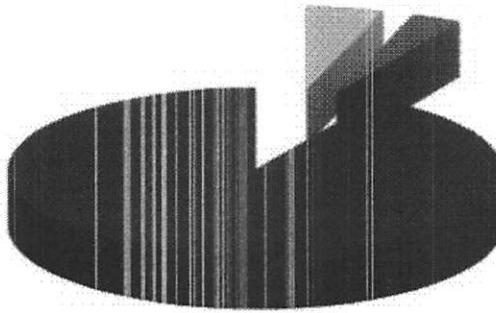


- Despesa Orçamentária por Poder

PODER	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE					
	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER					
	EMPENHO		LÍQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.751.582.915,43	12.054.730.241,07	3.678.714.756,19	11.877.322.750,90	3.864.186.446,87	11.798.214.756,79
LEGISLATIVO	19.921.611,43	395.453.654,15	111.149.517,94	390.756.307,34	111.211.687,32	390.650.785,62
JUDICIÁRIO	154.513.523,40	717.366.503,16	203.207.383,26	703.259.505,43	203.724.831,75	702.518.392,68
TOTAL	2.926.018.050,26	13.167.550.398,38	3.993.071.657,39	12.971.338.563,67	4.179.122.965,94	12.891.383.935,09

Fonte: I-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Orçamentária por Poder
Até o Trimestre*



■ EXECUTIVO ■ LEGISLATIVO ■ JUDICIÁRIO





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 499.161.080,17** (quatrocentos e noventa e nove milhões, cento e sessenta e um mil, oitenta reais e dezessete centavos), o que representa aproximadamente 3,65% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	13.666.711.478,55
DESPESA EMPENHADA (B)	13.167.550.398,38
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)	499.161.080,17

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 276.166.463,29** (duzentos e setenta e seis milhões, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos), o que representa, aproximadamente 2,09% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	13.167.550.398,38
DESPESA PAGA (B)	12.891.383.935,09
DESPESA A PAGAR (A – B)	276.166.463,29

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *superavit* orçamentário no valor de **R\$ 36.428.487,24** (trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	13.203.978.885,62
DESPESA EMPENHADA (B)	13.167.550.398,38
SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)	36.428.487,24

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	13.203.978.885,62	0,99
Receita Prevista Atualizada	13.323.966.625,30	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,99**, ou seja, no exercício, foi arrecadado aproximadamente 99,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um *deficit* de arrecadação no valor de **R\$ 119.987.739,69**.

b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	13.167.550.398,38	0,96
Dotação Atualizada	13.666.711.478,55	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,96**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 96,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 499.161.080,17**.

c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	13.666.711.478,55	1,03
Receita Prevista Atualizada	13.323.966.625,30	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,03**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	13.203.978.885,62	1,00
Despesa Empenhada	13.167.550.398,38	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 1,00** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit orçamentário** da ordem de **R\$ 36.428.487,24**.

e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	13.203.978.885,62	1,02
Despesa Orçamentária Paga	12.891.383.935,09	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,02** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit financeiro** da ordem de **R\$ 312.594.950,53**.

f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	12.794.636.400,24	1,08
Despesa Corrente	11.798.215.885,94	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 1,08** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ 996.420.514,30**.

g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	409.342.485,38	0,30
Despesa de Capital	1.369.334.512,44	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,30** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ 959.992.027,06**.



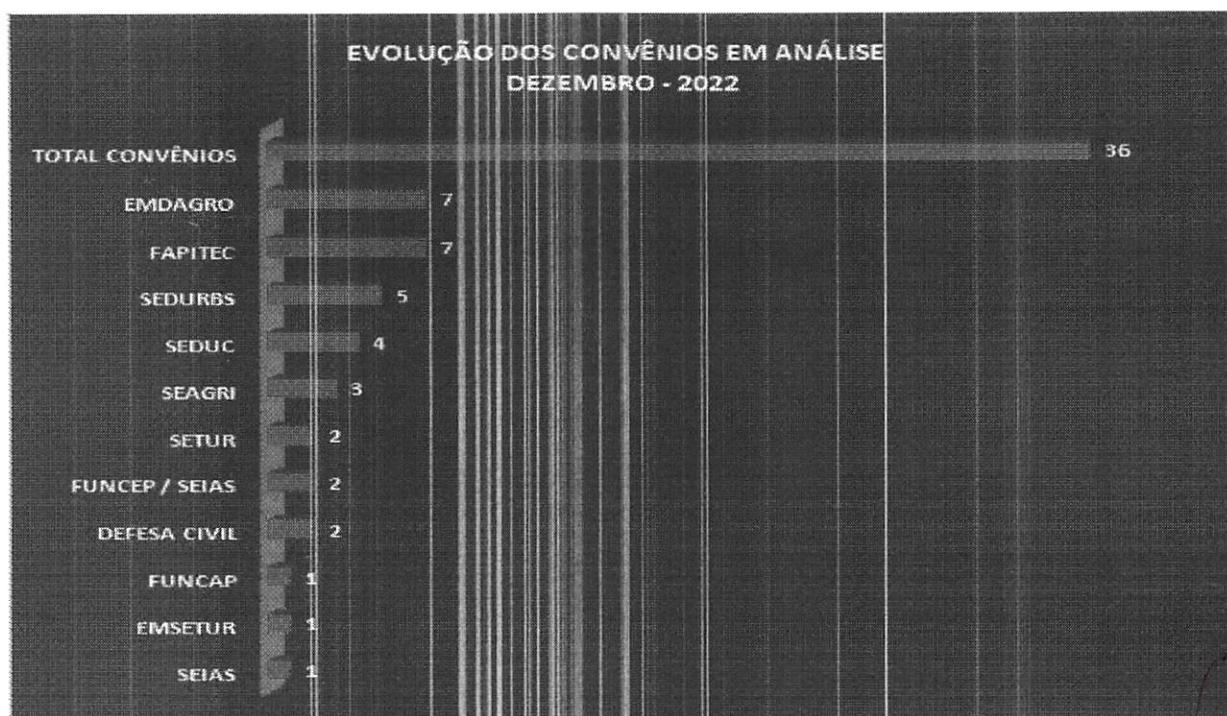
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro deste ano, o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, localizado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

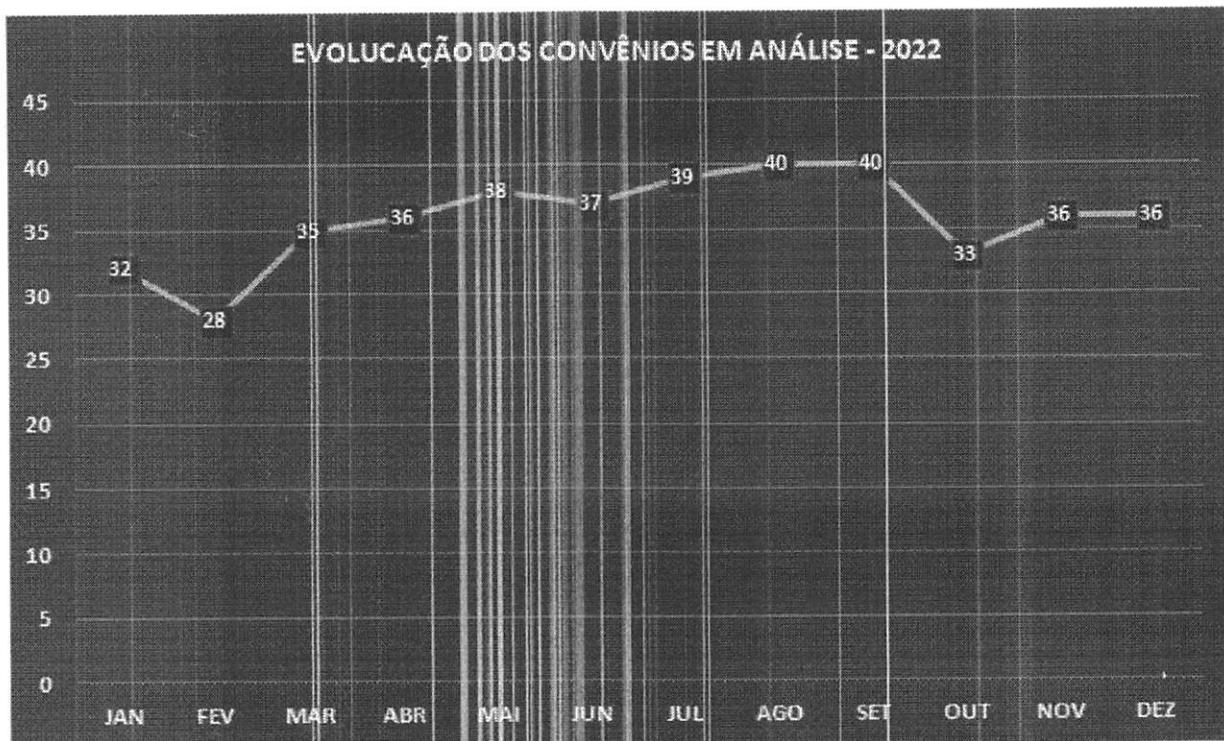
Importa assinalar que, neste momento, vem requerendo atenção o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução no quarto trimestre de 2022:



Fonte: I-Gesp

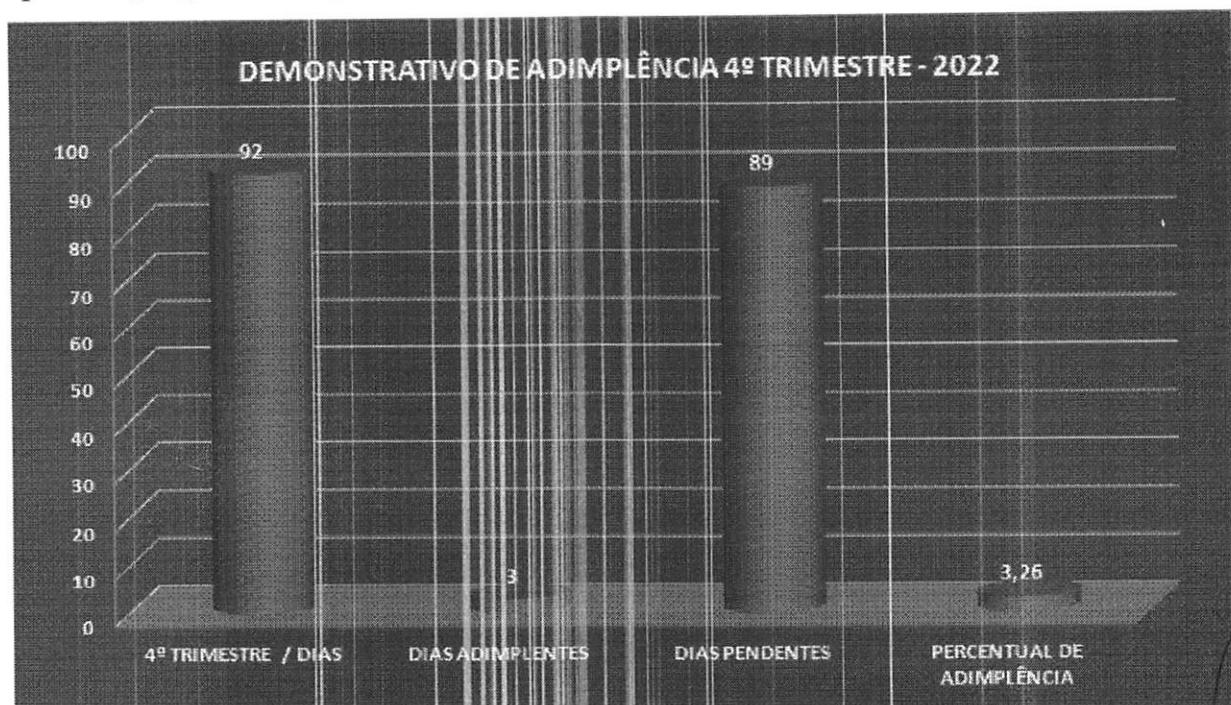


Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022



Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no quarto trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



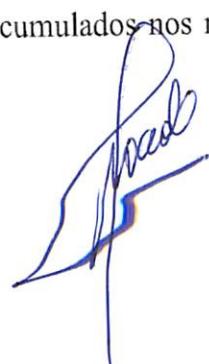
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE DA ESTADUA NO 4º TRIMESTRE - 2022			
OUTUBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	29
	SEAS / FUNCEP	CEHOP	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER	
		EMGETIS	
		FHS	
3.2.3 – PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO	SEDUC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	TCE		
CP - PATRONAL	HPM		
NOVEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	30
	SEAS / FUNCEP	CEHOP	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER	
		EMGETIS	
		FHS	
CP - PATRONAL	HPM		
DIRF	SEAGRI		
DEZEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	30
		CEHOP	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER	
		EMGETIS	
		FHS	
		FUNCAP	
3.2.3 – PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO	SEDUC		
DIRF	SEAGRI		
TOTAL			89

Nesse contexto, saliente-se a criação do Índice de aferição da Regularidade dos Órgãos da Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram os meses de outubro, novembro e dezembro de 2022.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o Índice de Regularidade do quarto trimestre de 2022, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE			Referência
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS
			Nº DIAS REGULARES
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	365
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE	346
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÉNCIA E CONTROLE - SETC	365
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE	330
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE	365
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	339
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	364
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	227
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	365
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	365
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA	276
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	340
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO	365
14	SEAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	265
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE	350
16	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR	258
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	293
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	288
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	365
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	365
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	365
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	189
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS	243
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	299

Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

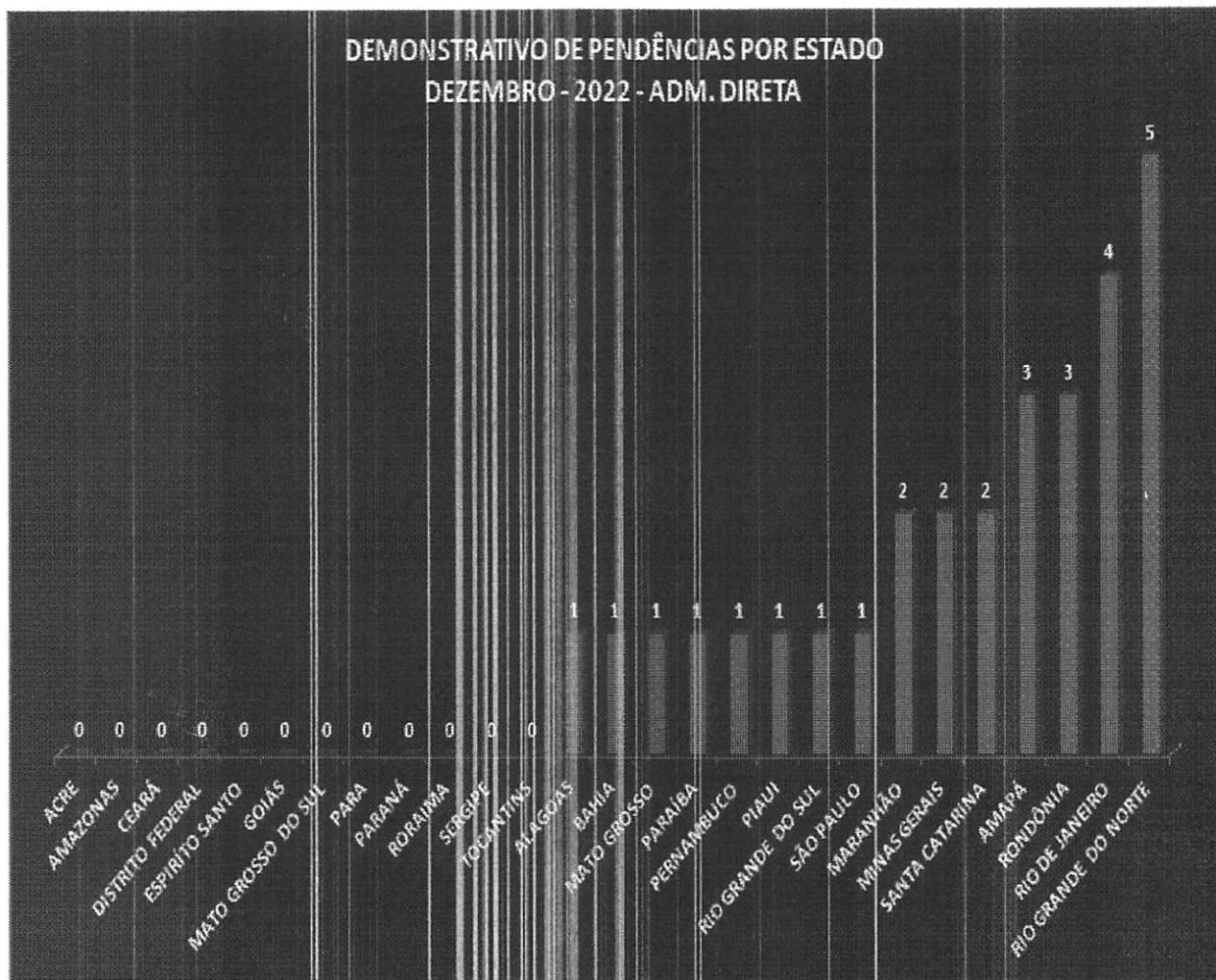
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			Referência
			Nº DIAS	Nº DIAS	
			REGULARES	IRREGULAR	
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	365		100,00
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE	351	14	96,16
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.	330	35	90,41
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	67	298	22,06
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE	193	172	57,28
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE	357	8	97,81
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	365		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE	49	316	13,12
9	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A.	356	9	97,53
10	DETAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	295	70	80,62
11	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE	160	205	46,88
12	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22	343	6,36
13	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO	365		100,00
14	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INovação TECNOLÓGICO/SE	265	100	72,60
15	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE	175	190	47,25
16	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA	362	3	99,88
17	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÉ DE SERGIPE	315	50	62,50
18	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE	362	3	99,18
19	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL	339	26	92,56
20	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE	214	151	44,63
21	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE	351	14	98,86
22	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE	365		100,00
23	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE	365		100,00
24	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE	336	29	93,05
25	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE	308	57	54,28
26	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE	365		100,00
27	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.	365		100,00
28	SERGIPE PREVIDENCIA	INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE	350	15	95,88



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Registre-se que, no quarto trimestre de 2022, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito do Poder Executivo, especificamente na Administração Direta, verificaram-se na SEAGRI (138), ao passo que, no Poder Legislativo, a ALESE pontuou por (176) e o TCE (122) vezes. Por outra banda, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou nas seguintes Entidades: CEHOP (298), CODISE (172), DER/SE (316), EMDAGRO (205), EMETIS (343), FHS (190) e IPESAÚDE (151), conforme restou demonstrado anteriormente no quadro acima exposto.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que o desdobramento em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Nesse cenário, o trabalho realizado se fez notar por meio dos insistentes e oportunos contatos estabelecidos com os Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e, principalmente, com os técnicos da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

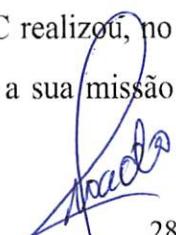
À luz do quadro acima apresentado, nota-se que o continuou realizando ativamente o trabalho de acompanhamento e monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

Na prática, o trabalho ganha relevo do ponto de vista interno e externamente: primeiramente, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União; o segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e prestações de serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe.

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no quarto trimestre de 2022, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:



28



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.3.1 FISCALIZAÇÃO DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS DAS UNIDADES GESTORAS

Foi realizado o acompanhamento e fiscalização das conciliações bancárias de todas as Unidades Gestoras do Executivo Estadual. Por meio de ferramenta disponibilizada no sistema i-Gesp, “Relatório Gerencial de Conciliação Bancária”, o Núcleo de Fiscalização e Auditoria – NFA vem acompanhamento a utilização da Conciliação Bancária no sistema contábil do Estado de Sergipe. Tal ferramenta proporciona a exatidão no confronto dos saldos das contas bancárias com os saldos registrados na contabilidade, de forma que as informações estejam transparentes e que sejam apresentadas corretamente nas Prestações de Contas Anuais.

2.3.2 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A Tomada de Contas Especial é um processo, com rito próprio, em que se analisa, inicialmente, a regularidade na guarda do patrimônio público e aplicação deste, posteriormente, caso verificada a existência de danos ao erário, registrada a data de ocorrência do fato e a identificação dos responsáveis, assegurando ao processo, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além das fiscalizações realizadas, a Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle - SETC, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social – SEIAS, Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe - FUNCAP, participa da TCE – Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades por possível ocorrência de dano à administração pública e a obtenção do respectivo ressarcimento, constantes da relação a seguir:

TOMADA DE CONTA ESPECIAL - EM ANDAMENTO:

1. Tomada de Contas Especial, Convênio SICONV nº 77189/2012 firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 14/2020 de 17/12/2020, publicada no DOE nº 28.571 no dia 21/12/2020.

Representante da SETC – Rita de Cácia Souza Melo.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2. Tomada de Contas Especial, Projeto Dom Távora, Associação Comunitária de Agricultores e Trabalhadores Rurais do Povoado Saco de Areia e Adjacências, Associação Comunitária Agrícola do Povoado Guedes, Associação Comunitária dos Produtores Miguel Cardoso, Associação Comunitária do Povoado Arranhento, Portaria Conjunta Nº 19/2021/SETC/PGE/SEAGRI, publicada no DOE nº 28.715 em 23 de julho de 2021.
Representante da SETC – Hélio Sabino José Ribeiro Chaves.

2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparencia.se.gov.br, em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal nº.131, de 27 de maio de 2009.

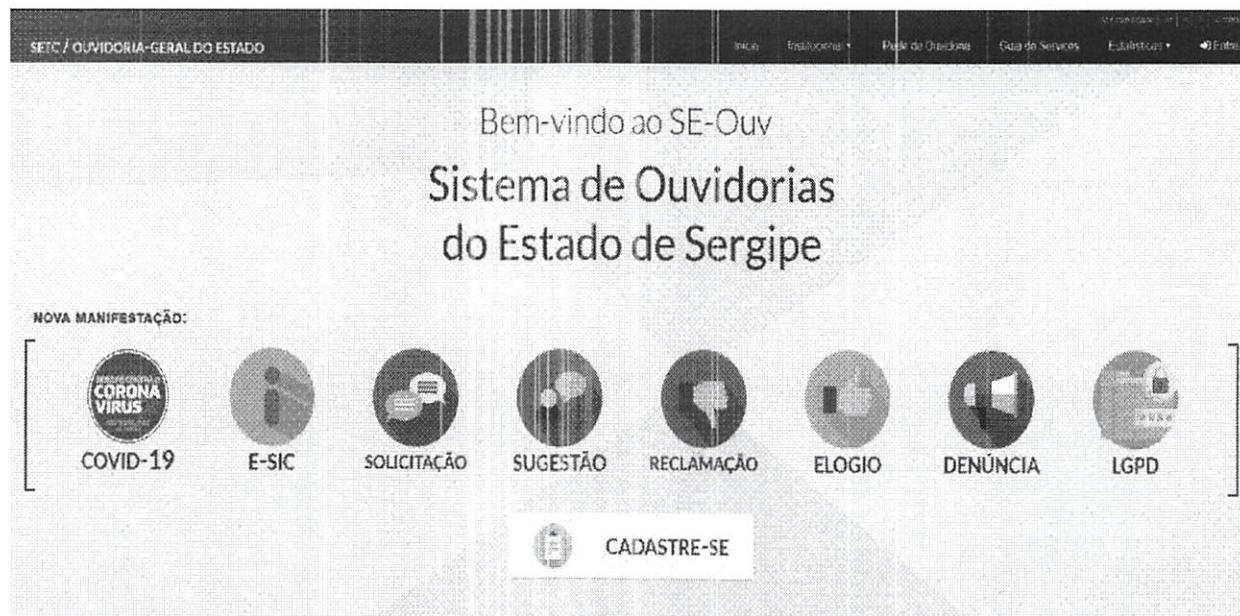




Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão (e-Sic), com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



2.4.3 MONITORAMENTO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, por meio do Núcleo de Modernização e Tecnologia – NMT, planeja, executa, acompanha e propõe soluções modernas na área de Tecnologia da Informação para avaliações e monitoramento dos Portais de Transparência dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Sergipe.

A Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar todos os portais de transparência dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e consequentemente atingindo a excelência na prestação do serviço.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

ENDEREÇOS DOS PORTAIS

SECRETARIAS DIRETA E INDIRETA	ENDEREÇOS ELETRÔNICO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA
ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente	www.adema.se.gov.br
AGRESE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe	www.agrese.se.gov.br
BANESE – Banco do Estado de Sergipe	www.banese.com.br
CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas	www.cehop.se.gov.br
COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	www.cohidro.se.gov.br
CODISE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe	www.codise.se.gov.br
CBM- Corpo de Bombeiros	www.cbm.se.gov.br
DPE - Defensoria Pública do Estado de Sergipe	www.defensoria.se.def.br
DEPEC - Defesa Civil do Estado de Sergipe	www.defesacivil.se.gov.br/
DER - Departamento Estadual da Infra-estrutura Rodoviária	www.der.se.gov.br
DESO - Departamento de Saneamento de Sergipe	www.deso-se.com.br
DETAN - Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe	www.detran.se.gov.br
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	www.emdagro.se.gov.br
EMGETIS - Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação	www.emgetis.se.gov.br
FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe	www.fapitec.se.gov.br/
FSPH - Fundação de Saúde Parreiras Horta	www.fspf.se.gov.br/
FUNCAP – Fundação Aperipé	www.funcap.se.gov.br
FUNESA - Fundação Estadual de Saúde	www.funesa.se.gov.br
SERGPREV - Sergipe Previdência	www.sergipeprevdencia.se.gov.br
IPES SAÚDE – Plano de assistência à Saúde do estado de Sergipe	www.ipesaude.se.gov.br
ITPS - Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	www.itps.se.gov.br
HPM-SE	www.hpm.se.gov.br
PGE -Procuradoria Geral do Estado	www.pge.se.gov.br/
PM – Polícia Militar do Estado	www.pm.se.gov.br/
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe	www.pronese.se.gov.br/
RENASCER – Fundação Renascer	www.renascer.se.gov.br
SEAGRI- Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca	www.seagri.se.gov.br/
SEGG - Secretaria de Estado Geral de Governo	www.segg.se.gov.br
SETC-Secretaria de Estado de Transparência e Controle	www.setc.se.gov.br
SES – Secretaria da saúde	www.saude.se.gov.br
SETUR – Secretaria de turismo	www.turismo.se.gov.br
SEDETEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia	www.sedetec.se.gov.br
SEDUC -Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura.	www.seduc.se.gov.br/
SEFAZ -Secretaria de Estado da Fazenda	www.sefaz.se.gov.br/
SEGRASE -Serviços Gráficos de Sergipe	www.segrase.se.gov.br
SEIAS - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho	www.seit.se.gov.br
SEDURBS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade	www.sedurbs.se.gov.br
SEJUC - Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor	www.sejuc.se.gov.br
SEAD - Secretaria de Estado da Administração	www.sead.se.gov.br
SERGÁS - Sergipe Gás	www.sergipegas.com.br
SSP - Secretaria de Segurança Pública	www.ssp.se.gov.br/
VGE - Vice Governadoria	www.vicegovernatoria.se.gov.br



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

A SETC realiza constantes ações junto aos responsáveis pelos portais de transparência de cada órgão ou entidade, com o intuito de orientá-los quanto à padronização do sítio e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

A seguir, serão apresentados os resultados das avaliações realizadas pela SETC nos meses de janeiro/2022 a dezembro/2022:

ÓRGÃOS	AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DAS UG'S EM 2022 - MENSAL											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
ADEMA	4,5	4,5	4,5	8	8,4	10	10	10	10	9,6	9,7	8,1
AGRESE	8,5	6,9	8,5	9,2	7,8	8,9	9,1	9,3	9,8	9,8	8	9,8
BANESE	9	7,6	9,1	9,1	7,2	7,7	8,1	8,2	9,2	9,3	9,4	9,4
CEHOP	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,6
CODISE	10	10	10	9,4	7	9,7	9,2	9,1	10	9,5	9,1	8,5
COHIDRO	9,3	9,3	8,9	8,5	9,2	9,6	9,6	9,3	9,7	9,5	9	6,1
CBM	6,8	9,1	9,3	8,9	9,3	9,3	9,3	10	9,3	7,9	8,1	8
DEF. CIVIL	9,9	9	9	9	5,8	6,1	10	10	9,5	9,8	9,8	0
DER	9,2	9,4	8,8	8,9	9,2	9,1	9,3	8,8	9,5	9,5	9,4	8,4
DESO	8,5	9	9	9	8,4	8,8	8,7	9	9	8,4	9	6,3
DETTRAN	9	9,3	9,2	9,8	10	10	10	9,7	10	10	9,7	7,4
EMDAGRO	8,4	9,6	9,2	9,8	10	9,6	9,6	9,8	9,8	9,6	9,2	9,2
EMGETIS	9,5	9,5	9,1	9,8	10	10	10	10	10	10	8,9	8,8
EMSETUR	9,8	9,8	8,8	9,8	9	9,9	9,6	9,6	9,8	9,8	9,8	9,8
FAPITEC	9,8	9,8	10	9,7	9,6	9,6	9,6	10	10	10	8,7	10
FSPH	9,1	9,3	8,3	8,3	8,9	9	7,6	7,7	9,3	9,3	7,9	7,3
FUNCAP	8,7	8,5	9,4	8,7	4,8	8,1	8,5	8,5	7,3	8,9	7,9	6,4
RENASCER	9,3	9,3	8	9,3	8,3	9,3	9,2	9,2	9,9	9,7	10	9,5
FUNESA	8,7	8,7	9,1	9,1	9,4	9,9	10	8,1	8,4	9,2	8,2	7,8
HPM	8,4	9	9,1	8	9,3	9,5	10	10	10	10	9,1	8,8
IPESAUDE	9,8	9,8	9,8	9,8	7,8	10	10	10	10	9	8,7	8,3
ITPS	9,3	8,6	9,7	9,3	8,1	9,8	8,4	9,8	10	10	7,1	9,8
JUCESE	9,8	9,7	10	10	9,7	9,3	9,6	9,6	9,9	9,3	9,7	7,3
PM	7,8	8,9	8,9	8,9	8,9	9,1	9,6	9,2	9,3	9,2	8,9	8,4
PGE	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	8,1	6,9
PRONESE	9,8	9,7	9,8	9,8	8,2	8	9,8	9,2	9,8	9	9,3	9,3
SEAD	10	10	9,5	10	10	10	10	10	10	10	9	9
SEAGRI	9,9	10	10	10	10	10	10	10	10	9,8	10	9,1
SEDETEC	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,1
SEDUC	9,3	8,7	8,8	8,4	9	8,8	6,3	7,5	7,6	7,6	9,3	8,1
SEDURBS	9,8	10	10	10	10	10	10	9,3	10	10	9,8	8,8
SEFAZ	8,3	9,7	9,6	9,8	9,9	10	9,2	9,8	9,8	9,6	9,5	9,5
SEGG	9,2	9,9	8,6	9,9	8	9,9	10	9,8	9,8	10	9,3	9,8
SEGRASE	3,9	8	5,7	5,7	6,3	6,2	9	9	7,8	7	6,5	6,5
SEIAS	10	9	9,6	10	8,5	6,5	7,7	6,5	9,4	4,1	9,3	7,4
SEJUC	9,5	10	10	10	10	9,8	10	10	10	8,1	9,6	8,9
SERGÁS	8,2	8,5	8,2	8,2	5,6	8,6	8,6	8,6	8,6	8,7	7,3	5,4
S.PREV	9	9,5	7,9	9	8,4	9,4	8	9,3	9,7	7,6	9,9	9,7
SES	9,5	9,8	9,6	9,8	9,6	9,4	9,4	8,3	7,9	7,9	7,9	7,9
SETC	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	8,3
SETUR	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,6
SSP	9,7	10	10	10	10	10	9,8	9,1	9	9,5	7,8	7,8
VGE	7,5	9,3	8	8	9	7,8	10	9,8	9,8	9,8	7,6	8,1
DPE	9	9	9	9	10	9	9,8	9,2	9,5	9,5	9,5	8,3
MÉDIA GERAL	8,99	9,22	9,09	9,27	8,83	9,22	9,38	9,33	9,51	9,22	8,98	8,19



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.



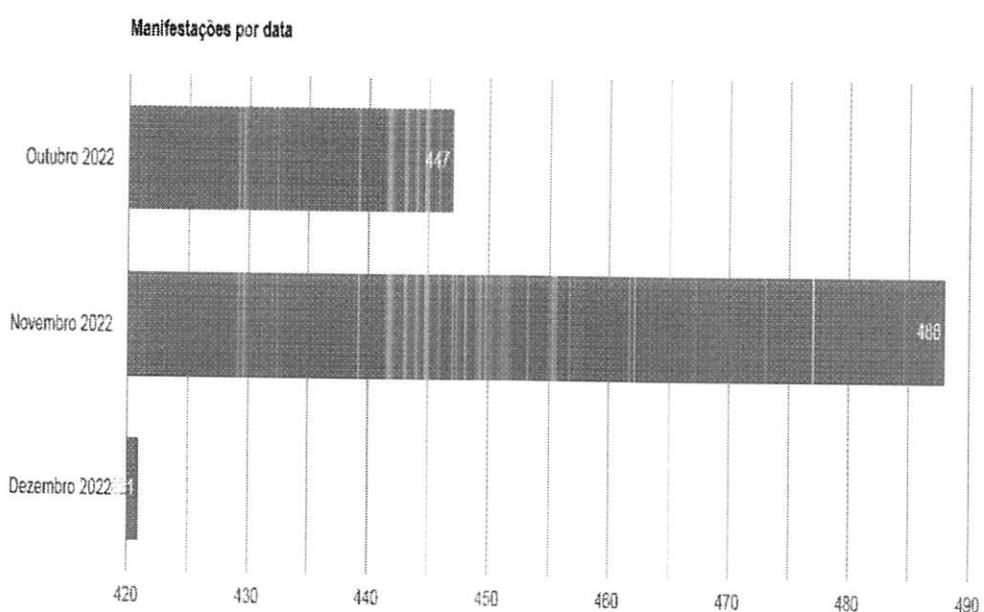
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O gráfico 1 apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de outubro a 31 de dezembro do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.356 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de outubro foram realizados **447** registros, em novembro **488**, e em dezembro **421** manifestações.



Fonte: Sistema SE-OUV

Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de outubro a 31 de dezembro foram as reclamações com **638** registros, representando (47.1%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **263** solicitações que representaram (19.4%), **255** denúncias (18.8%), **158** pedidos de Acesso à Informação/LAI (11.7%), **26** elogios (1.9%) e sugestões foram **16** representando (1.2%).

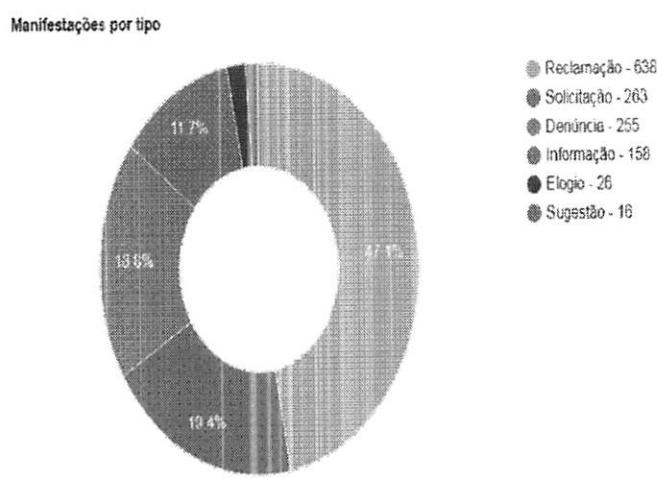


Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **1.356** manifestações, dessas, **1.125** apresentam o status de Atendidas, representando (83.1%) de resolutividade nos atendimentos, **89** estão com status Sem Resposta (10.3%), **78** dessas manifestações encontram-se com status Em Trâmite (5.8%), e **11** com status de Não Visualizadas (0.8%).





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Manifestações por situação

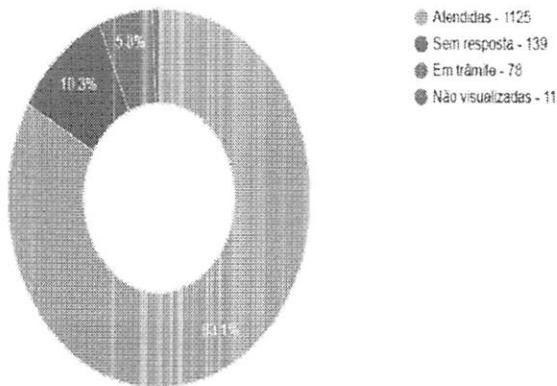
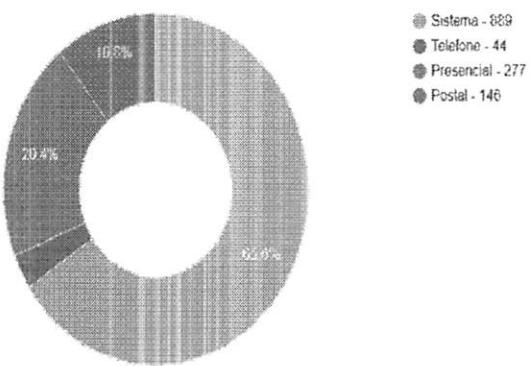


Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. **889** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (65.6%) dos atendimentos de ouvidoria. **44** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (3.2%) dos atendimentos. **277** atendimentos foram realizados presencialmente (20.4%), e **146** atendimentos foram realizados através de meio postal (10.8%).

Manifestações por canal de atendimento



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que 333 manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero *Masculino*, o que representa (24.6%) do público. 444 manifestações foram registradas pelo gênero *Feminino*, representando (32.7%) das manifestações. 570 manifestações foram realizadas por público *Não informado*, o que representa (42%) dos registros, e 9 demandas foram realizadas por pessoa física opção *Outro*, que equivale a (0.7%).

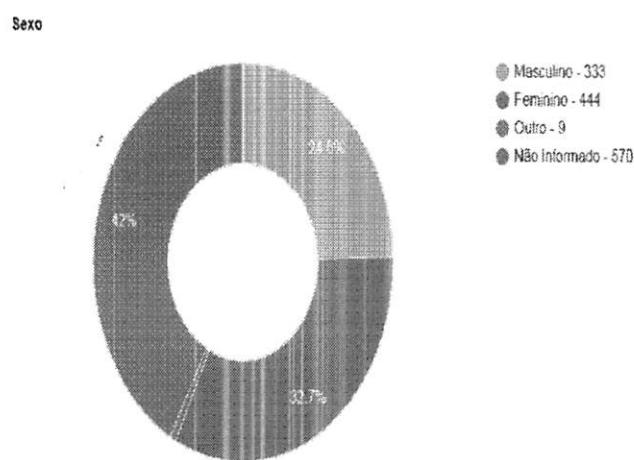


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de outubro a dezembro deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAÚDE com 299 das manifestações, o HUSE com 187 dos registros, a SES com 171 das manifestações, a SEDUC com 157, e o DETRAN com 146 registros.





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

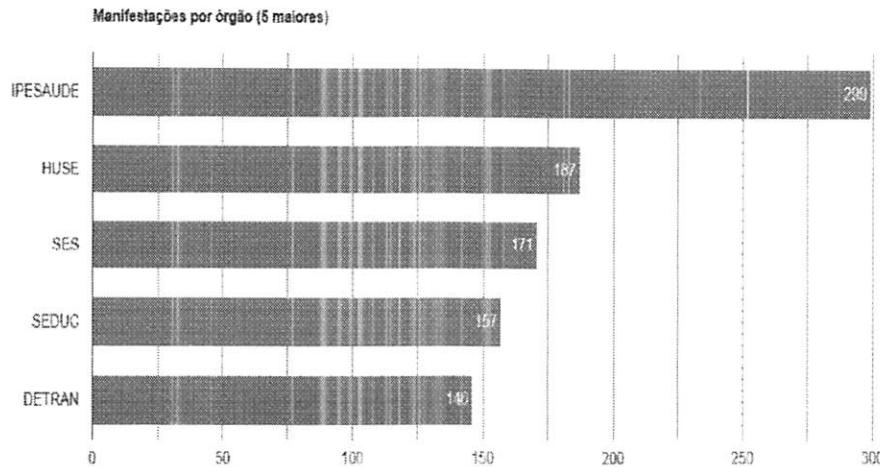
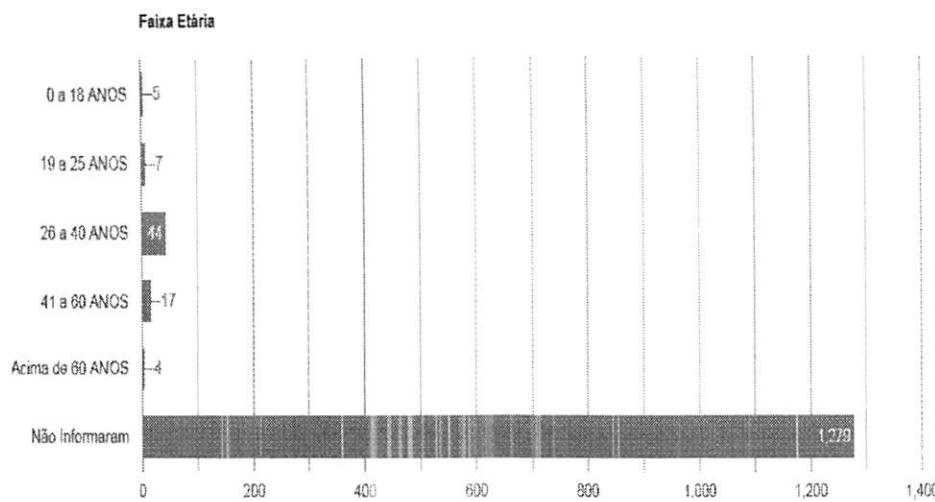


Gráfico 7 – Por Faixa etária

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.279** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **5** tinham idade entre (0 a 18 anos), **7** de (19 a 25 anos), **44** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **17** de (41 a 60 anos) e **4** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que **1.065** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (78.5%) dos manifestantes. **110** informaram receber até dois salários (8.1%), **90** recebem de dois a quatro salários (6.6%), **69** recebem de quatro a dez salários (5.1%), **15** informaram receber de dez a vinte salários (1.1%) e **7** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.5%).

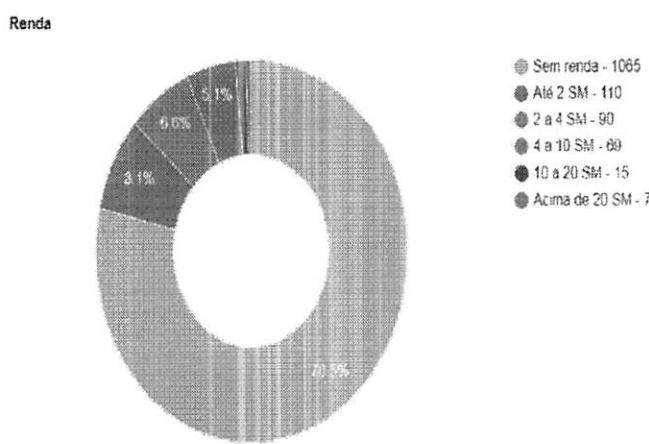


Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **912** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (67.3%). Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **298** registros (22%), com Ensino Superior Incompleto são **56** (4.1%), Ensino Médio Completo foram **62** (4.6%), Ensino Médio Incompleto foram **13** (1%), Ensino Fundamental foram **12** (0.9%), e **2** foram Semianalfabetos (0.1%).



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Escolaridade

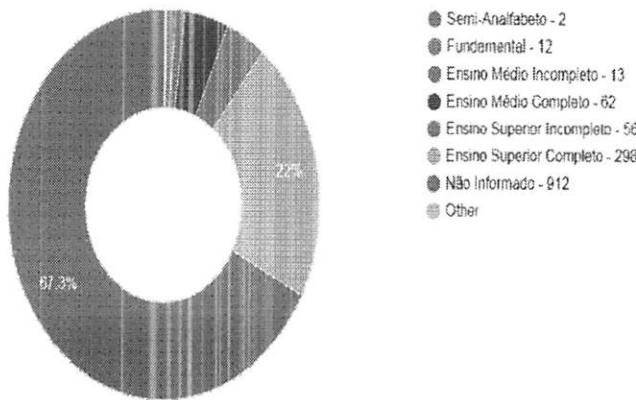
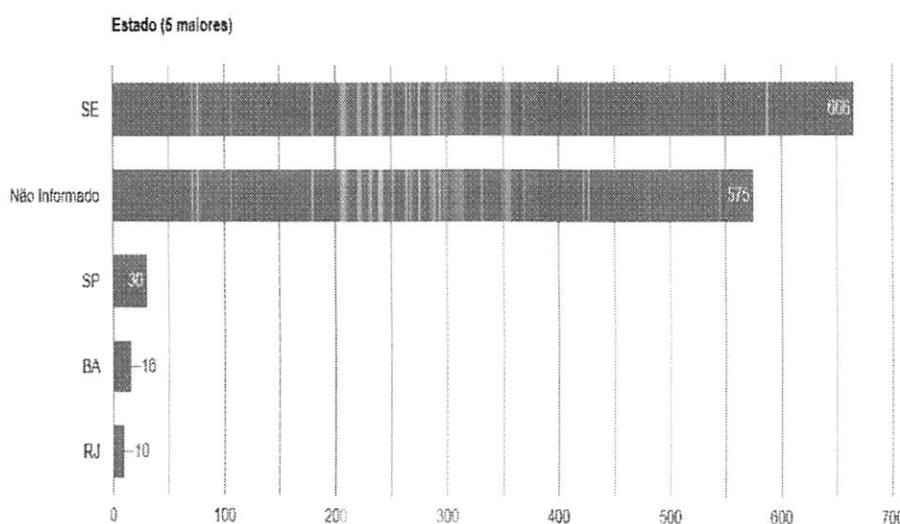


Gráfico 10 – Por Ente Federativo

O gráfico 10 apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema SE-OUV. **666** dos manifestantes são do Estado de Sergipe, **575** preferiram não informar sua localização, **30** são oriundos de São Paulo, **16** são do Estado da Bahia e **10** do Rio de Janeiro.



Moacir

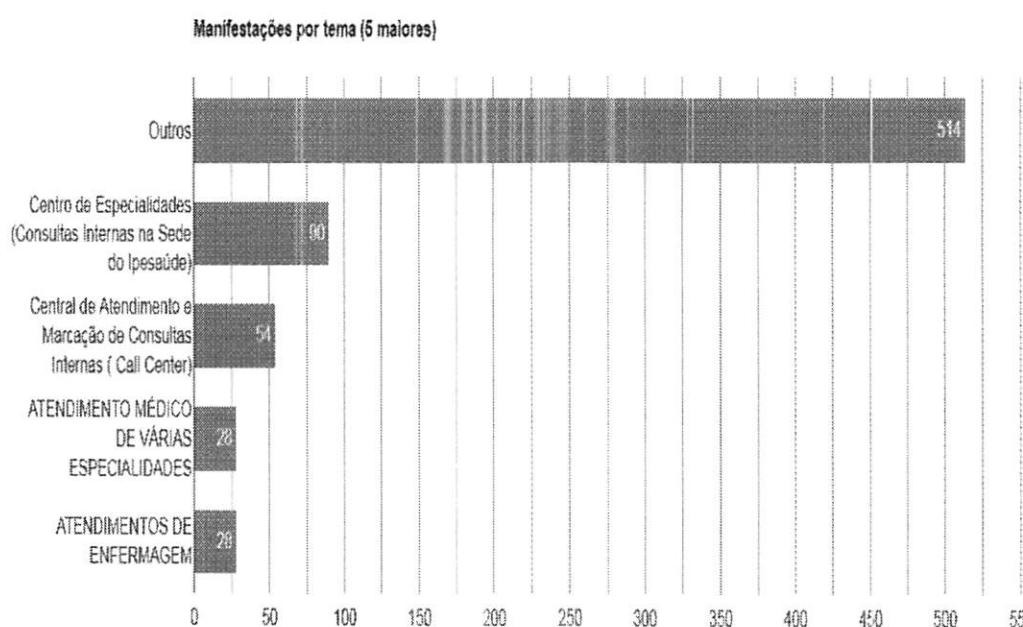


Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

O gráfico 11 revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção **Outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

A opção **Outros** aparece com **514** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo **IPESAÚDE** com o tema: (Centro de Especialidades/Consultas internas na sede do IPES) com **90** manifestações. Com **54** manifestações aparece o tema: (Central de Atendimento e Marcação de Consultas Internas/CallCenter) do **IPESAÚDE**. Com **28** registros aparece o **HUSE**, com o tema: (Atendimento médico de várias Especialidades), e com **28** manifestações está também o **HUSE**, com o tema: (Atendimentos de Enfermagem).





Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é o funcionamento integrado dos Órgãos e Entidades através das Unidades Setoriais de Controle Interno, compreendidas em cada Órgão e Entidade, que atuarão exercendo as atividades de controle interno em suas respectivas Unidades Gestoras sob a coordenação técnica do Órgão Central de Controle. A atuação integrada e cooperadora da Rede que compõe a organização formam o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, visando reforçar o controle administrativo, supervisionando os atos e fatos da gestão, assegurando o atingimento dos planos, objetivos e metas de acordo com o planejado, otimizando a gestão e dando mais segurança jurídica ao gestor.

O Poder Executivo Estadual estabeleceu a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Para tanto, a SETC, deve articular com o conjunto de Órgãos e Entidades, funções e atividades de forma integrada, para coordenar, orientar e desempenhar as atribuições de controle, formando o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, conforme indicado na Constituição.

Neste sentido, a SETC definiu em seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: “Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”.

Além disso, coordenar a Rede através das Unidades Setoriais de Controle Interno – USCI, do Poder Executivo Estadual; das ações governamentais dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Sergipe; Monitorar os programas e ações da gestão governamental; Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos e programas de governo e dos orçamentos do Estado e os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno, bem como as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas. Realizar

43
Golod



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

atividades de auditoria operacional orientada segundo os objetivos institucionais, no âmbito dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno que regularmente lhe forem conferidas ou determinadas.

2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

O Decreto Estadual atribuiu o papel de encarregado central da política à Secretaria de Transparência e Controle–SETC, a qual providenciará plataforma tecnológica transversal para a governança dos dados pessoais no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, de modo que se possa monitorar, de forma permanente e integrada, a conformidade de todos os órgãos e as entidades estaduais à LGPD.

Compete, ainda, a SETC, prestar apoio técnico para o desenvolvimento e manutenção do sistema eletrônico do canal de atendimento eletrônico, para a capacitação dos Encarregados no uso da ferramenta e para a emissão de relatórios gerenciais e de informações quando solicitado pelo Conselho de Governança da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais – CGPEPDP.

Entre os dias 05 e 06 de dezembro, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle (SETC) realizou um curso para capacitar os servidores dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estado que foram designados na função de Encarregados Setoriais de Proteção de Dados Pessoais.

O curso foi realizado no laboratório da Escola de Governo, fruto de uma parceria entre SETC, OGE e SEAD, e tiveram temas voltados a vivência dos Encarregados em LGPD que atuarão nos seus órgãos como DPO (do inglês, Data Protection Officer). Foram abordadas a Lei Federal nº 13.709/2018, o Decreto Estadual nº 41.006/2021, que instituiu a Política de Proteção

Nivaldo Júnior



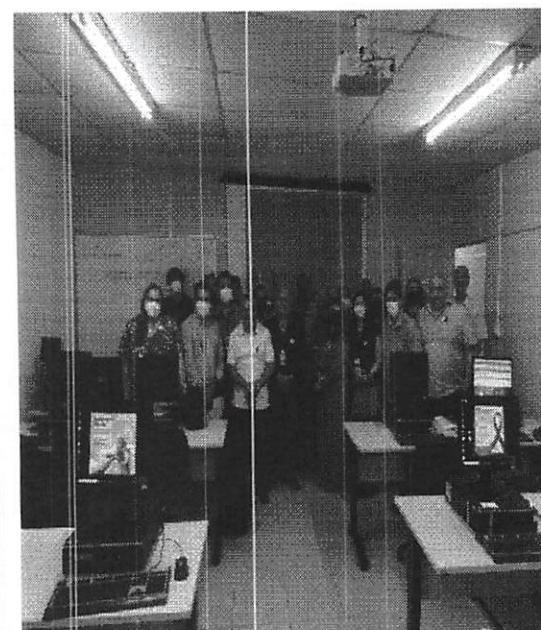
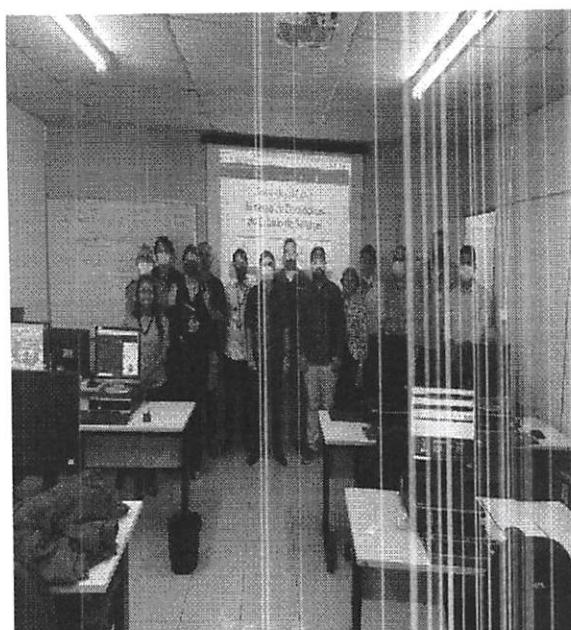
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

de Dados no âmbito do Poder Executivo Estadual e o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe – SE-OUV.

O curso foi ministrado pelos Técnicos da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, Luiz Faustino (Especialista em Políticas Públicas e Encarregado Setorial da SETC), Fernando Miranda (Diretor de TI), Allan Sales (Coordenador de Atendimento da Ouvidoria Geral) e Michael Mendonça (Especialista em TI) e reuniu os Encarregados Setoriais de LGPD.

O curso apresentou uma contextualização histórica da proteção de dados, destacando os conceitos técnicos iniciais, a conexão com a legislação atual, os princípios e as hipóteses legais para tratamento de dados pessoais, a responsabilidade civil dos agentes de tratamento e as penalidades pelo não cumprimento da LGPD, apresentando também a estrutura da Política de Proteção de Dados na Administração Estadual (Decreto Estadual nº 41.006/2021).

Foi apresentado também, o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe (SE-OUV) e todas as suas funcionalidades, que inclui desde o recebimento da manifestação, a análise, o acompanhamento e a conclusão de cada demanda de LGPD.



Link com a matéria sobre o curso:
https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/secretaria_de_estado_da_transparencia_e_controle_capacita_a_rede_de_encarregados_setoriais_em_lgpd



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido a SETC no dia 06 de janeiro de 2022 publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de setembro e dezembro chegaram na SETC 18 (dezoito) processos para avaliação do programa de integridade, neste mesmo período foram exarados 13(treze) Despachos com pedidos de diligência, 5(cinco) Relatórios Preliminares de Avaliação dos Programas de Integridade, 4(quatro) Relatórios Circunstanciados manifestando-se pela emissão de Certificado para as Pessoas Jurídicas Contratadas.

Convém assinalar que durante o período de 20.12.2022 e 20.01.2023 a SETC não pode realizar a notificação das pessoas jurídicas contratadas, tendo em vista a determinação contida na Lei Estadual nº 8.806/2020.

A SETC confeccionou a Portaria nº 21 de 14 de Dezembro de 2022 dispondendo sobre a emissão de Certificado de Avaliação de Programa de integridade para as pessoas jurídicas que estiverem com o seu Programa de Integridade em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 8.866/2021, Decreto nº 41.008/2021 e Portaria SETC nº 001/2022.

A Portaria nº 21/2022 buscou reduzir dar eficiência ao serviço de avaliação de forma que a mesma pessoa jurídica contratada pelo Estado não precisará a cada nova contratação apresentar o seu programa de integridade para fins de avaliação, com a inovação a Contratada terá um Certificado com validade de 12 doze meses para apresentar em qualquer contratação com o Poder Executivo do Estado de Sergipe.

Com o objetivo de melhorar a qualificação dos servidores e estagiário que trabalham com a avaliação do Programa de Integridades, os servidores Elida Carla e Luiz Faustino, o estagiário Elton Silva, além da Superintendente Sheila Macedo, participaram do Seminário do



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Dia Internacional Contra a Corrupção no dia 13 de dezembro realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado(TCE/SE).

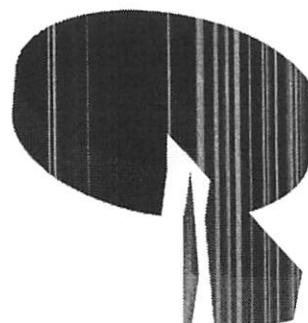
As palestras que trataram sobre a “Gestão da ética e da integridade nas organizações públicas”; “Compliance na Administração Pública”; “A evolução da fiscalização da transparência pública no Estado de Sergipe”, entre outros assuntos.

Buscando alinhar os procedimentos de tramitação dos Programas de Integridade entre a SETC e os demais órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado, SETC realizou reuniões no mês de dezembro com os técnicos da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC) e da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO).

3. GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício 2022, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 3.270.000,00, assim distribuídos:



- Despesas de Pessoal
- Outras Despesas Correntes
- Investimentos

Fonte: i-Gesp/Sefaz

Quanto aos créditos adicionais, no quarto trimestre foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 305.500,00 e não houve anulação de dotação, perfazendo até o final do período o montante de R\$ 329.000,00 de suplementação de créditos e de R\$ 23.500,00 oriundos de anulações de dotação própria.

Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim demonstrada:

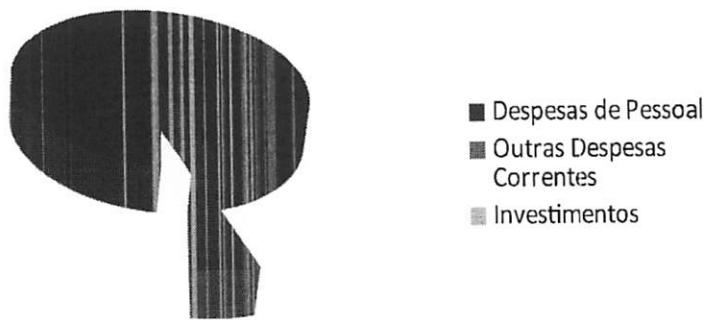
[Assinatura]
47



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

ITENS	MOVIMENTAÇÃO	VALOR R\$
A	Dotação Inicial	3.270.000,00
B	Créditos Adicionais	329.000,00
C	Dotação anulada	23.500,00
D	Dotação Atualizada (D=A+B-C)	3.575.500,00

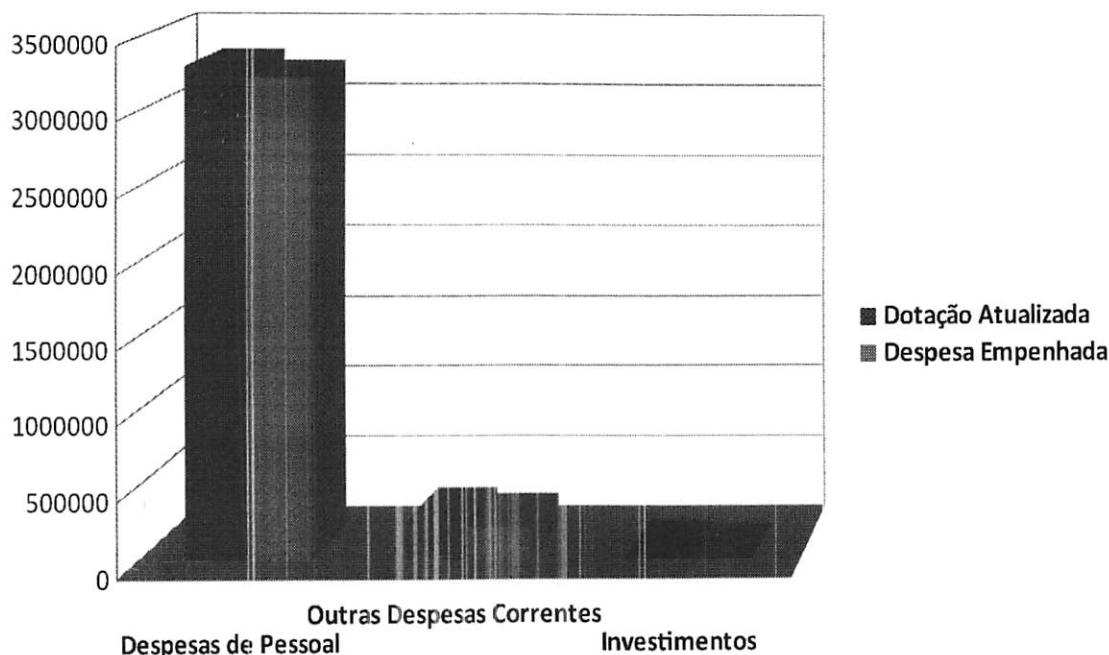
Durante o período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2022, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 969.983,33 (novecentos e sessenta e nove mil e novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 3.435.703,49 (três milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil e setecentos e três reais e quarenta e nove centavos) que corresponde a aproximadamente 96,09% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:

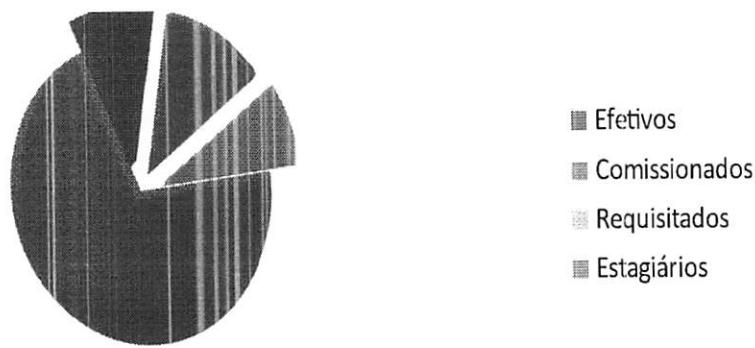
Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 51 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



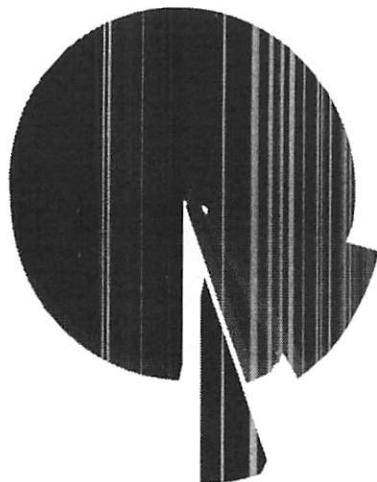
Fonte: RH/SETC

A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o terceiro trimestre, alcançou o montante de R\$ 905.725,72 (novecentos e cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 3.228.711,53 (três milhões e duzentos e vinte e oito mil e setecentos e onze reais).



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

e cinquenta e três centavos) que corresponde a aproximadamente 90,30% da Dotação Orçamentária total atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



- 319011 – Vencimentos e vantagens fixas
- 319013 – Obrigações patronais
- 319016 – Outras despesas variáveis
- 319094 - Indenizações e restituições trabalhistas
- 319113 - Obrigações patronais

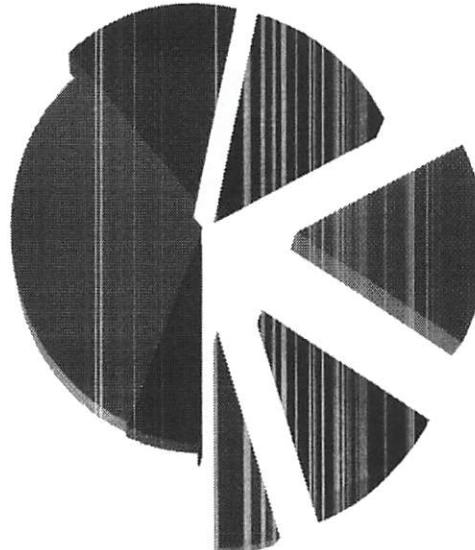
Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de outubro a dezembro de 2022, alcançou o montante de R\$ 64.257,61 (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 206.991,96 (duzentos e seis mil e novecentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos) que corresponde a aproximadamente 5,79% da dotação orçamentária total atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022



- 339014 - Diárias-civil
- 339030 - Material de consumo
- 339033 - Passagens e despesas com locomoção
- 339036 - Outros serviços de terceiros (PF)
- 339039 - Outros serviços de terceiros (PJ)
- 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação
- 339049 - Auxílio transporte
- 339092 - Despesas de Exercícios Anteriores

Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

A área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas elaborados por esta secretaria. São eles:

1. Transparência Estadual – Sistema do Portal Transparência Sergipe;
2. Ouvidoria-Geral – Sistema SE-OUV;
3. Comunicação e Painel de Monitoramento – Sistema de Avaliação dos Portais.

3.5 OUVIDORIA SETORIAL

No quarto trimestre foram realizados 08 (oito) atendimentos através do portal <http://ouvidoria.se.gov.br/>, utilizando o sistema SE-ouv, ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos de forma ágil, transparente e eficaz.



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

Aracaju/SE, 27 de janeiro de 2023.


SHEILA FEITOSA MACEDO
Superintendente Executiva



Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2022

1. Ciente, em 27 de janeiro de 2023.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.

A blue ink signature in cursive script, appearing to read "Lucivanda Nunes Rodrigues".

LUCIVANDA NUNES RODRIGUES
Secretária de Estado Interina